

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

"Meu" o quê?!

Os aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro vislumbram problemas mais à frente para fechamento de chapas. Embora a eleição de 2026 ainda esteja longe, já tem muita gente incomodada com o jeito de Bolsonaro dizer em vários estados: "O candidato ao Senado é meu".

Nem vem

Nenhum cacique estadual quer abrir mão de compor a própria chapa no futuro. A maioria resiste a liberar uma vaga ao Senado para abrigar outsiders bolsonaristas interessados em impeachment de ministro do Supremo Tribunal Federal.

Apoio às escondidas

Mesmo depois de assinar um documento no qual reconhece a vitória de Maduro na Venezuela, o PT não quis fazer um estardalhaço sobre a decisão. O motivo? Medo do impacto negativo nos candidatos aliados durante o segundo turno das eleições municipais.

Congresso & apagão

Vem por aí uma proposta de emenda constitucional para dar ao Parlamento poderes de fiscalizar as agências reguladoras. O deputado Danilo Forte quer que essas instituições respondam, inclusive, por omissão, quando for o caso. "Todas as agências têm pendências a resolver e raramente são punidas por isso. Essa situação tem que mudar", afirma.

Os militantes sumiram

De olho na campanha para prefeito de São Paulo a partir dos salões do Congresso, muitos petistas avaliam que o grande movimento pró-Guilherme Boulos perdeu força dentro do partido neste segundo turno. Aquele sentimento de "virou questão de honra", surgido logo depois da divulgação de um laudo falso contra o candidato praticamente na véspera da eleição, se diluiu após a chegada ao segundo turno. Prova disso, avaliam alguns, é a pesquisa Quaest, a primeira deste segundo turno, a detectar que o postulante do PSol apresenta os mesmos índices de projeção de votos que tinha antes do primeiro turno, de 33%, enquanto Ricardo Nunes tem 45% das intenções de voto.

Os petistas, porém, não estão totalmente empenhados em reverter essa diferença. Em Brasília, de onde muitos acompanham os movimentos, a prioridade é resolver a questão das emendas, um tema nacional. O PSol que se dedique aos votos paulistanos.



CURTIDAS

Abstenção promete/ Os petistas estão preocupados com os 19% que disseram aos entrevistadores da pesquisa Quaest que pretendem anular o voto. É sinal de que um número expressivo de eleitores não deve sequer comparecer para votar.

Reprodução/Prefeitura de Belo Horizonte



Enquanto isso, em Belo Horizonte... A liderança que o prefeito Fuad Noman (foto), do PSD, apresenta na primeira pesquisa Quaest deste segundo turno na capital de Minas Gerais é o cenário natural. Difícil um prefeito com avaliação positiva de 48%, e regular de 35% perder a eleição. Fuad tem 46%, e Bruno Engler, 37%.

... e em Brasília/ Paralelamente às emendas parlamentares, há um olhar voltado aos compromissos com a agenda 2030. Às 9h, em sua sede, a Oficina Consultoria promove um evento fechado para lançar um indicador de reputação de empresas e organizações com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e pilares ESG, ambiental, social e governança. O lançamento contará com a presença da ex-ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira (foto), hoje consultora da ONU para o clima.



JUDICIÁRIO

Reeleição garantida nos TJs

PEC aprovada no Congresso e promulgada em setembro permite que presidentes de Tribunais de Justiça com 170 ou mais desembargadores sejam reconduzidos ao cargo. Legislação atinge as Cortes do Rio de Janeiro e de São Paulo

Uma proposta de emenda à Constituição (PEC), aprovada em 24 de setembro pelo Congresso, após dois anos de tramitação, passou a permitir a reeleição para os órgãos diretivos dos Tribunais de Justiça (TJ) estaduais. A Emenda Constitucional 134 alterou o artigo 96 da Constituição. Ela prevê que a eleição deverá ocorrer entre os membros do tribunal pleno, por maioria absoluta e voto direto e secreto. O mandato dos eleitos será de dois anos, admitida uma recondução sucessiva.

Mas a regra não vale para todos os TJs, somente para aqueles compostos por 170 ou mais desembargadores em exercício

do cargo. Nesse caso, os únicos atingidos pela nova legislação são os tribunais de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Os TJs são as mais altas instâncias do Judiciário em cada unidade da Federação e responsáveis por garantir a aplicação das leis estaduais e federais.

O autor da PEC 26/22, que deu origem à EC 134, é o ex-deputado Christino Aureo (RJ). A proposta foi aprovada pela Câmara em 2022. Após uma longa tramitação, o Senado também deu seu aval ao texto este ano.

Tanto na Câmara quanto no Senado, não houve dificuldade para a aprovação da PEC, que teve o apoio do governo e da oposição. Entre os deputados,

354 votaram a favor, e apenas 46 foram contrários. Já no Senado, houve somente quatro votos contrários.

No Congresso, chamou a atenção esse momento raro de consenso entre governistas e parlamentares de oposição. Políticos acreditam que isso só foi possível graças ao bom relacionamento do desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) Luiz Zveiter com figuras de expressão de diversos espectros, incluindo os adversários PT e PL.

A nova legislação vai impactar diretamente e de forma imediata o TJRJ. É que o tribunal está às vésperas de realizar sua eleição interna. Luiz Zveiter é um dos candidatos na disputa. Ele foi

presidente do órgão entre 2009 e 2010 e chegou a ser reeleito em 2016, mas sua reeleição foi barrada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que considerou inconstitucional a norma que permitia a recondução com base em uma resolução interna.

Para muitos, Zveiter é um dos candidatos mais fortes da eleição, devido ao respeito que ele desfruta entre seus pares. Quando comandou o TJRJ, foi autor de uma série de iniciativas, entre elas a implementação do sistema de transparência institucional e o Núcleo de Controle Interno, com significativo aumento na produtividade do tribunal.

Durante sua gestão, em 2009, o TJRJ quebrou recordes no

juízo de processos, tanto nas áreas cível quanto criminal, e até hoje se mantém como o mais produtivo do país. A Corte também cumpriu todas as metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Zveiter tem outras realizações importantes no TJRJ, como os programas Justiça Itinerante e Justiça Cidadã, que ampliaram o acesso à Justiça em áreas carentes e remotas. Sua gestão também foi marcada pela criação de políticas de reinserção social para ex-presidiários e pela implementação do Plano Mater, que monitorou abrigos de crianças e adolescentes em todo o estado. No mandato dele ainda foi criada a Central

Judiciária de Abrigamento Provisório para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica.

Na disputa pelo comando do TJRJ — cuja eleição vai ocorrer em novembro —, o principal concorrente de Zveiter é o desembargador Ricardo Couto. Atual diretor da Mútua dos Magistrados, plano de saúde dos juizes do Rio de Janeiro, Couto tem o apoio do atual presidente do TJRJ, desembargador Ricardo Cardoso, que o indicou para gerir o fundo do tribunal.

Couto também conta com o respaldo de desembargadores ligados à Fundação Getúlio Vargas (FGV), onde atua como professor e coordenador do Exame de Ordem.

ATOS GOLPISTAS

Pedidos de extradição chegam à embaixada

» RENATO SOUZA

A Embaixada do Brasil em Buenos Aires começou a receber pedidos de extradição de brasileiros que fugiram para o país. Eles são acusados de envolvimento nos atos golpistas de 8 de janeiro e são réus ou condenados em ações penais que correm no Supremo Tribunal Federal (STF). Até a noite de ontem, ao menos 40 pedidos de deportação foram recebidos pela representação no país vizinho.

Ao todo, o ministro Alexandre de Moraes, relator dos processos no STF, encaminhou a solicitação de deportação de 63 pessoas. Porém, existe um trâmite burocrático tanto no Brasil quanto na Argentina para que as demandas sejam atendidas. O Ministério da Justiça avalia se as situações dos acusados

se enquadram nas regras para pedidos de extradição e, em seguida, envia, os casos aprovados para o Ministério das Relações Exteriores, que repassa para a embaixada.

Na Argentina, o Departamento de Justiça é informado e inicia um trâmite para avaliar se determina a extradição. Cada caso é avaliado de forma individual.

Controle migratório

Os nomes dos foragidos foram enviados ao Supremo pela Polícia Federal, que em junho deste ano lançou uma operação para prender algumas pessoas e identificar as demais que tinham deixado o país. Além da Argentina, golpistas escaparam para Paraguai, Uruguai e outras nações.

De acordo com as investigações, a maioria dos foragidos

entrou em território argentino sem passar pelo controle migratório. Muitos ingressaram a pé, atravessando o Paraná, ou pelo rio que divide as duas nações. A PF conseguiu impedir a passagem de dezenas de pessoas neste ano. A corporação trabalha com a inteligência da Argentina para monitorar os passos dos suspeitos.

Os nomes dos extremistas foram incluídos na lista da Ameripol, para que corporações de outros países da América também possam identificar e deter os acusados. As diligências integram desdobramentos da Operação Lesa-Pátria, que está em atividade de maneira permanente para identificar e prender os envolvidos nos atentados na capital federal.

Rosinei Coutinho/STF



O ministro Alexandre de Moraes, relator dos processos, encaminhou pedidos de deportação de 63 golpistas